

Onde estão os recursos para o reajuste de 12%

(ou, porque a Administração diz que não há recursos)

A informação assinada pelo Reitor, Prof. José Martins Filho, publicada no Unicamp Notícias de 23/09/96, tem vários aspectos que mereceriam uma análise mais detalhada, mas vamos nos fixar naquele que se constitui na razão fundamental da alegada falta de recursos, e que é ignorado na referida informação da Reitoria.

Como é do conhecimento de todos, a LDO que se encontra em vigor neste ano estabelece que as Universidades receberão 9,57% do ICMS recolhido, porém limitado ao valor real arrecadado em 1995, acrescido de 25% do crescimento real da arrecadação. Antevendo dificuldades que poderiam ser criadas com a aplicação da LDO, as entidades representativas de docentes e funcionários enviaram ofício ao CRUESP em novembro do ano passado propondo reunião para analisar e discutir a aplicação da Lei. Passados 10 meses o ofício sequer foi respondido. O que está acontecendo na prática é que a LDO não está sendo cumprida, o que já ocasionou um rombo de quase 20 milhões de reais, e que crescerá ainda mais até o fim do ano, sendo que o CRUESP e as Universidades nada fizeram até agora!

Explicuemos melhor o que está ocorrendo. Nos meses em que a arrecadação do ICMS em termos reais foi inferior a de 1995, como aconteceu em janeiro, março, abril e maio, foram transferidos 9,57% para as Universidades. Nos meses em que a arrecadação foi superior, fevereiro, junho, julho e agosto, a Secretaria da Fazenda repassou 9,57% mais 25% do crescimento da arrecadação, sem levar em conta os meses em que o valor de 96 foi inferior ao de 95 (ver Tabela abaixo).

Ou seja, não está sendo feita a compensação entre os meses em que a arrecadação foi menor com aqueles em que foi maior! O resultado é que apesar de que no acumulado de janeiro a agosto de 1996 a arrecadação do ICMS tenha sido 1,07% **inferior** àquela de 1995 para o mesmo período, o Estado deixou de repassar quase 20 milhões para as Universidades! Aí está a diferença essencial entre os cálculos da Adunicamp e aqueles divulgados pela Reitoria, uma vez que não aceitamos, em hipótese alguma, o descumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pela Assembléia Legislativa, o que está ocorrendo com o CRUESP e com a Administração das três uni-

Mês	Valores atualizados Agosto/96 (IPC/FIPE)		Variação %
	1995	1996	
JAN	1.375.296.022	1.355.995.288	- 1,40
FEV	1.106.060.490	1.187.664.755	7,38
MAR	1.480.237.469	1.223.222.459	- 17,36
ABR	1.410.189.319	1.314.976.489	- 6,75
MAI	1.335.591.342	1.330.295.889	- 0,40
JUN	1.311.410.471	1.311.505.356	0,01
JUL	1.271.733.263	1.337.649.711	5,18
AGO	1.213.586.868	1.330.239.815	9,61
Sub-total	10.504.105.244	10.391.549.762	- 1,07

versidades estaduais paulistas.

Em decorrência deste fato, e face à ausência de iniciativas por parte do CRUESP e das Reitorias, as Associações e Sindicatos de docentes e funcionários solicitaram às respectivas assessorias jurídicas a elaboração de um estudo, com vistas a que estas entidades entrem com uma representação junto aos Ministério Público para exigir o cumprimento da Lei.

Concluindo gostaríamos de esclarecer que "os equívocos" contidos nas tabelas publicadas pela Adunicamp a que se refere o Boletim da Reitoria, decorrem do fato de que tanto o CRUESP quanto a Unicamp, apesar de acordo neste sentido e das solicitações formais e escritas, não tem enviado as informações pedidas pela Associação, ou o faz com enorme atraso, obrigando-nos a trabalhar, algumas vezes, com dados superados.

P.S.

1) Mesmo considerando todas as restrições indicadas no Unicamp Notícias, verifica-se que se houvesse ocorrido um aumento de 12% a partir de setembro, fecharíamos o ano com 88,48% de comprometimento com a Folha, índice semelhante ao do ano passado, que foi assimilado sem maiores problemas. Como não houve reajuste nem em setembro, nem em outubro, não há dúvida que há condições para um reajuste a partir de novembro, se houver vontade para tanto.

2) A isenção de ICMS para produtos de exportação a partir de 1997 deve ocasionar uma perda real de 5 a 6% no orçamento das Universidades (algo entre 80 e 90 milhões de reais). As Associações e Sindicatos já solicitaram ao CRUESP reunião para analisar e discutir esta grave questão. Até agora nenhuma resposta.

Inauguração da sede própria: 08.11.96

Os trabalhos de construção da Sede Própria da Adunicamp continuam acelerados, prevendo-se sua conclusão até o fim de mês de outubro. O processo de aquisição de mobiliário também está adiantado, e esperamos inaugurar a nossa sede, com uma bela festa, no dia 08/11/96. Anote na sua agenda e não deixe de comparecer.

Gratificação de mérito incorporada ao vencimento

Conquista da Adunicamp

Conforme vimos noticiando em vários Boletins ao longo deste ano, a Reforma Administrativa proposta pelo Governo Federal, e em discussão no Congresso Nacional, pretende eliminar uma série de direitos adquiridos pelos funcionários públicos. No nosso caso específico, tendo em vista um dispositivo do projeto de lei, que objetiva impedir a incorporação de gratificações a qualquer título para fins de aposentadoria, corríamos o risco de ficar sem a Gratificação de Mérito, que constitui 45% do nosso salário.

Preocupada com este fato a Adunicamp desenvolveu uma série de gestões junto à Administração Superior das nossas Universidades que, reconhecendo as graves consequências que poderiam advir da aprovação do projeto ora em discussão no Congresso Nacional, resolveram incorporar a Gratificação de Mérito ao Vencimento a partir do "hollerith" de outubro.

Governo adia a votação da Reforma Administrativa

O Projeto de Reforma Administrativa elaborado pelo Governo Federal, cujo relator na Câmara Federal é o Deputado Moreira Franco (PMDB) afronta direitos trabalhistas e previdenciários dos servidores públicos.

O Projeto deveria ter sido votado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados no dia 10 de setembro p.p.

Entretanto, temendo as repercussões negativas junto aos funcionários públicos (federais, estaduais e municipais) Deputados da base governista (FHC), PSDB, PFL e PMDB esvaziaram a reunião, adiando a votação para data posterior ao término das eleições municipais.

Somente forte mobilização e pressão evitará que se consumem as intenções governamentais visando reduzir, de qualquer forma, os gastos com os servidores públicos.